

**POLÍTICAS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO**

CURRICULAR POLICIES FOR COUNTRYSIDE EDUCATION: AN ANALYSIS FROM  
EDUCATION THEORIES

POLÍTICAS CURRICULARES PARA LA EDUCACIÓN CAMPO: UN ANÁLISIS DESDE  
LAS TEORÍAS DE LA EDUCACIÓN

Vilma Áurea Rodrigues<sup>1</sup> 0000-0003-0141-9308  
Tatyanne Gomes Marques<sup>2</sup> 0000-0003-3076-3220  
Amanda Áurea Rodrigues<sup>3</sup> 0000-0002-5314-445X

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; vilmaaurea@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil; tatygmarques@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Centro Universitário UNIFG, Guanambi, Bahia, Brasil; amandaaurea1@gmail.com

**Resumo:** Este estudo analisa a conexão entre as Teorias da Educação e as políticas curriculares da Educação do Campo, adotando o Materialismo Histórico-Dialético como base metodológica em uma pesquisa qualitativa. A análise fundamenta-se em autores como Marx, Engels, Hegel, Gramsci e Bernard Charlot, que oferecem uma perspectiva crítica sobre o currículo escolar. A pesquisa destaca a necessidade de uma educação que respeite as especificidades socioculturais e econômicas dos camponeses, promovendo a transformação social. As abordagens pedagógicas — Pedagogia Tradicional, Libertadora, Tecnicista, Crítico-social, Histórico-crítica, Escola Nova e Construtivismo — refletem a complexidade do campo educacional e oferecem diferentes perspectivas para o ensino e a aprendizagem. Fundamentada no pensamento de Marx e Engels, a Educação do Campo é apresentada como ferramenta de conscientização crítica, enfrentando desigualdades estruturais e promovendo a compreensão das condições materiais de vida e da luta de classes. Hegel contribui ao defender que a educação deve ser um processo dialético, possibilitando a formação de uma nova subjetividade nos sujeitos do campo. Gramsci enfatiza o papel dos intelectuais orgânicos, oriundos das classes populares, na organização e conscientização das comunidades, valorizando suas experiências. Bernard Charlot ressalta a importância de um currículo que dialogue com as vivências e aspirações dos estudantes, gerando aprendizagens significativas. Nesse sentido, as políticas curriculares da Educação do Campo devem integrar essas teorias, promovendo uma educação emancipadora que valorize os saberes e práticas das populações do campo, contribuindo para sua emancipação social e econômica.

**Palavras-chave:** educação do campo; políticas curriculares; teorias da educação.

**Abstract:** This study analyzes the connection between theories of education and the curricular policies of rural education, adopting historical-dialectical materialism as the methodological basis for a qualitative study. The analysis is based on authors such as Marx, Engels, Hegel, Gramsci and Bernard Charlot, who offer a critical perspective on the school curriculum. The

research highlights the need for an education that respects the socio-cultural and economic specificities of peasants, promoting social transformation. The pedagogical approaches - Traditional Pedagogy, Liberating Pedagogy, Technician Pedagogy, Social-Critical Pedagogy, Historical-Critical Pedagogy, New School Pedagogy and Constructivist Pedagogy - reflect the complexity of the educational field and offer different perspectives on teaching and learning. Based on the thinking of Marx and Engels, Rural Education is presented as a tool for raising critical awareness, tackling structural inequalities and promoting an understanding of the material conditions of life and the class struggle. Hegel contributes by arguing that education should be a dialectical process, enabling the formation of a new subjectivity in rural subjects. Gramsci emphasizes the role of organic intellectuals, from the lower classes, in organizing and raising awareness in communities, valuing their experiences. Bernard Charlot emphasizes the importance of a curriculum that dialogues with students' experiences and aspirations, generating meaningful learning. In this sense, rural education curriculum policies should integrate these theories, promoting an emancipatory education that values the knowledge and practices of rural populations, contributing to their social and economic emancipation.

**Keywords:** rural education; curriculum policies; theories of education.

**Resumen:** Este estudio examina la conexión entre las teorías de la educación y las políticas curriculares de la educación rural, utilizando el materialismo histórico-dialéctico como base metodológica para un estudio cualitativo. El análisis se fundamenta en autores como Marx, Engels, Hegel, Gramsci y Bernard Charlot, quienes ofrecen una perspectiva crítica sobre el currículo escolar. La investigación resalta la necesidad de una educación que respete las especificidades socioculturales y económicas de las comunidades rurales, promoviendo la transformación social. Los enfoques pedagógicos – Pedagogía Tradicional, Pedagogía Liberadora, Pedagogía Tecnista, Pedagogía Social-Crítica, Pedagogía Histórico-Crítica, Pedagogía de la Nueva Escuela y Pedagogía Constructivista – reflejan la complejidad educativa y ofrecen diversas perspectivas sobre la enseñanza y el aprendizaje. Basándose en Marx y Engels, la educación rural se presenta como una herramienta para generar conciencia crítica, enfrentar desigualdades estructurales y comprender las condiciones materiales de vida y la lucha de clases. Hegel contribuye al argumentar que la educación debe ser un proceso dialéctico que forme nuevas subjetividades en los sujetos rurales. Gramsci destaca el papel de los intelectuales orgánicos, provenientes de las clases trabajadoras, en la organización y concienciación de las comunidades, valorizando sus experiencias. Bernard Charlot resalta la importancia de un currículo que dialogue con las vivencias y aspiraciones de los estudiantes, generando aprendizajes significativos. Las políticas curriculares de educación rural deben integrar estas teorías, promoviendo una educación emancipadora que valore los saberes y prácticas rurales y contribuya a su emancipación social y económica.

**Palabras clave:** educación rural; políticas curriculares; teorías de la educación.

## Introdução

A Educação do Campo, enquanto modalidade específica da educação básica no Brasil, emerge como uma resposta às históricas demandas de uma população camponesa frequentemente marginalizada pelo sistema educacional convencional. Historicamente, as políticas educacionais têm privilegiado modelos urbanos e homogêneos, ignorando as particularidades socioculturais, econômicas e históricas das comunidades situadas em áreas

rurais. Nesse cenário, a Educação do Campo busca resgatar e valorizar a identidade campesina, promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com as realidades concretas dessas populações. As políticas curriculares que orientam essa modalidade devem, portanto, incorporar as especificidades do contexto camponês, considerando as condições materiais de vida, as práticas culturais e os modos de produção locais que moldam a dinâmica das comunidades do campo.

Sob essa perspectiva, as teorias educacionais fundamentadas nos trabalhos de Karl Marx, Friedrich Engels, Hegel, Gramsci, Bernard Charlot, entre outros, fornecem uma base teórica crítica para compreender e analisar o papel social do currículo escolar. Essas teorias contribuem para desvelar as contradições presentes no sistema educacional e para refletir sobre como o currículo pode ser utilizado como instrumento de transformação social. O currículo, nesse sentido, não é apenas um conjunto de conteúdos e diretrizes, mas uma prática social mediada por relações de poder e interesses de classe.

Este estudo visa oferecer uma reflexão aprofundada e crítica sobre a Educação do Campo à luz de teorias educacionais contemporâneas, analisando como elas influenciam a formulação e implementação das políticas curriculares específicas para essa modalidade de ensino. A pesquisa busca não apenas compreender as bases teóricas dessas políticas, mas também identificar os desafios e as potencialidades de criar um modelo educacional que transcenda a mera reprodução das desigualdades sociais e econômicas historicamente vivenciadas pelas populações campesinas. Propõe-se, assim, uma educação emancipadora que valorize os saberes locais, tradicionais e comunitários, reconhecendo suas contribuições para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Ao integrar as contribuições de teorias críticas e sociais, o estudo ressalta a necessidade urgente de consolidar um sistema educacional inclusivo, reflexivo e transformador, que não apenas responda às demandas sociais e culturais das comunidades do campo, mas também atue como catalisador de mudanças, fortalecendo as lutas das populações rurais pela superação das injustiças e pela construção de um futuro mais equitativo.

A necessidade de aprofundar essas discussões emerge da disciplina “Teorias da Educação” do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e justifica-se pela relevância do tema para a compreensão das especificidades da Educação do Campo, especialmente no contexto da Bahia, região marcada por sua diversidade social, cultural e econômica. A Educação do Campo, enquanto política pública orientada à superação de desigualdades históricas, desempenha um papel estratégico na promoção da cidadania, autonomia e inclusão social das populações camponesas. No entanto, sua

implementação enfrenta desafios, incluindo a adaptação curricular às realidades locais, a formação docente e a construção de uma prática pedagógica contextualizada que responda de maneira eficaz às demandas do campo.

Dessa forma, este estudo busca explorar como as políticas curriculares da Educação do Campo em consonância com as Teorias da Educação podem se consolidar como instrumentos de transformação social, promovendo uma educação que dialogue com as vivências, saberes e práticas das comunidades camponesas. Para tanto, adota-se uma abordagem teórica e metodológica que articula o pensamento crítico de autores clássicos e contemporâneos, permitindo uma análise aprofundada das tensões, potencialidades e desafios presentes no processo de formulação e implementação dessas políticas. A relevância desse estudo transcende o campo educacional, pois envolve reflexões sobre justiça social, igualdade e desenvolvimento humano no contexto de vivência do camponês. Particularmente, a pesquisa focaliza o cenário baiano, buscando compreender como as especificidades regionais influenciam a materialização das políticas curriculares da Educação do Campo. O objetivo é identificar os limites e possibilidades de uma educação voltada à emancipação das populações camponesas, propondo caminhos para que o currículo escolar atenda às demandas reais dessas comunidades. Ao final, espera-se que esta investigação contribua para ampliar o debate acadêmico e político sobre a Educação do Campo, reforçando sua importância como política pública inclusiva e transformadora. Além disso, almeja-se oferecer subsídios para a construção de propostas pedagógicas que respeitem as diversidades culturais e sociais do campo, alinhando-se a uma perspectiva de educação que fomente a autonomia e a cidadania crítica dos sujeitos que vivem e produzem no campo.

A escolha desse objeto de estudo está diretamente relacionada à busca por compreender as tensões, potencialidades e desafios dessas políticas, com especial atenção às Teorias da Educação. Alinhada ao referencial teórico de pensadores como Marx, Engels, Gramsci, Hegel e Charlot, a pesquisa busca explorar se essas políticas atuam como instrumentos de emancipação social ou, por outro lado, perpetuam desigualdades sociais e educacionais. O estudo está estruturado em diferentes etapas. Na introdução, apresenta-se a contextualização e justificativa da temática. A seguir, discute-se a Educação do Campo sob um prisma teórico-crítico. Em sequência, abordam-se estratégias e perspectivas na análise das políticas curriculares com base nas teorias educacionais, detalhando o método utilizado. Por fim, a seção de análise de dados explora a interseção entre as Teorias da Educação e a Educação do Campo, destacando desafios e perspectivas, culminando em notas finais que sintetizam as discussões propostas. Este trabalho, ao propor uma articulação entre teoria e prática, também objetiva

contribuir para a construção de políticas curriculares que valorizem os saberes, culturas e identidades camponesas, promovendo um currículo verdadeiramente emancipador e contextualizado.

## **Políticas Curriculares e Teorias da Educação: reflexões e práticas transformadoras**

Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram uma crítica profunda às desigualdades estruturais da sociedade capitalista, e suas ideias são essenciais para compreender as políticas curriculares da Educação do Campo. Para Marx (1996), a educação é uma ferramenta importante de reprodução das relações de produção e da ideologia dominante, funcionando como um mecanismo de controle social. Na sociedade capitalista, a educação formal tende a reproduzir as desigualdades, especialmente em contextos de classes trabalhadoras, como é o caso dos camponeses.

A Educação do Campo, em sua essência, busca inverter essa lógica, promovendo um currículo que leve em consideração a realidade dos estudantes do campo e proponha uma formação que possibilite a transformação social. A partir da perspectiva marxista, o currículo da Educação do Campo deve refletir a consciência de classe, ajudando os estudantes a compreenderem as condições materiais que moldam suas vidas. Portanto, a Educação do Campo deve ser uma educação crítica, que permita aos alunos identificarem as contradições sociais e, assim, buscar soluções para as desigualdades que afligem suas comunidades.

Pode se dizer que os autores Marx e Engels (2007) complementam essa análise ao discutir a relação entre educação e a luta de classes. Para ele, a educação deve ser um instrumento de emancipação das classes oprimidas, promovendo a consciência crítica e a ação revolucionária. Nesse sentido, a educação voltada para as populações do campo deve não só transmitir saberes acadêmicos, mas também estimular uma compreensão das condições de opressão e exploração, incentivando os alunos a se organizarem e lutarem por seus direitos.

Quando se pensa em políticas curriculares, ao analisar Engels e Marx é fundamental perceber a ligação que deve existir do currículo com a formação humana. A questão da formação humana permeia todo o percurso do pensamento de Marx, estando presente em obras como *A Ideologia Alemã*, *Grundrisse*, *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *O Capital*, assim como no pensamento de Engels, especialmente em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e *Anti-Dühring*. Embora não haja uma obra específica dedicada à temática da formação humana, as produções de Marx e Engels oferecem contribuições teóricas essenciais

ao debate, estabelecendo importantes observações sobre a relação entre história, economia e política. Essas reflexões se tornam ainda mais significativas quando analisadas por meio do materialismo histórico-dialético, que permite manter vivo o diálogo com a totalidade e com as circunstâncias históricas, fundamentais para os pensadores da educação e da aquisição do conhecimento.

Para Marx e Engels (2007), a educação está profundamente vinculada ao processo de formação das classes sociais e à reprodução das relações de poder e de exploração. Em suas análises, ambos criticam o papel da escola no sistema capitalista, apontando que o currículo, muitas vezes, serve para reproduzir a ideologia dominante e a exploração dos trabalhadores. No contexto da Educação do Campo, isso se reflete na histórica marginalização das comunidades camponesas e no distanciamento das políticas educacionais de suas necessidades reais. No entanto, ao reconhecer as contradições do sistema capitalista, Marx também abre espaço para a reflexão sobre a educação como um meio de emancipação. A Educação do Campo, nesse sentido, pode ser vista como um espaço de luta pela transformação das condições de vida e de trabalho, rompendo com a lógica de dominação e buscando a construção de uma nova consciência da classe trabalhadora.

Por outro lado, Hegel (2008), ao enfatizar a dialética e a formação do sujeito, propõe um processo de desenvolvimento da consciência que não se limita às condições materiais da existência, mas envolve também uma construção subjetiva mais ampla, que se realiza na interação com a totalidade da sociedade. Para Hegel, a educação não é apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas uma prática fundamental de autoconhecimento e reconhecimento, onde o sujeito se torna consciente de sua posição no mundo e, ao mesmo tempo, da possibilidade de sua transformação. Porém, ao aplicar a filosofia hegeliana à análise da Educação do Campo, a dialética entre as culturas urbanas e rurais, o moderno e o tradicional, não se dá apenas na superação das contradições internas dessas realidades, mas também na incorporação crítica dessas dimensões de modo a criar uma síntese que respeite e valorize a especificidade do campo, sem subordinar-se aos valores e modelos urbanos impostos.

Nesse ponto, a educação se configura como uma prática que ultrapassa a mera adaptação do sujeito ao sistema social vigente e se torna uma ferramenta de emancipação, onde o sujeito camponês, embora inserido em uma estrutura social de desigualdade, adquire a capacidade de pensar e transformar sua realidade. A síntese, portanto, não seria apenas a integração entre o campo e a cidade, mas a construção de uma nova subjetividade que permita aos sujeitos do campo agirem de maneira autônoma em sua realidade social, reconhecendo suas especificidades e potencializando sua capacidade de transformação.

Contudo, a distinção entre a perspectiva de Hegel e a de Marx se torna evidente quando consideramos que para Marx a educação, embora também tenha um caráter emancipatório, é essencialmente uma ferramenta de luta contra a opressão e de conscientização sobre as condições materiais de exploração, o que coloca uma ênfase maior na transformação das estruturas sociais e econômicas. Para Marx, a educação é fundamental na luta de classes, servindo como um meio para a conscientização política e social das classes subalternas. Portanto, enquanto em Hegel percebe-se a Educação do Campo como um processo dialético de reconhecimento e superação de contradições culturais e subjetivas, em Marx, por sua vez, vê-se a educação como um meio para transformar a realidade material, priorizando a luta pela justiça social e pela superação das desigualdades. Nesse contexto, as políticas curriculares da Educação do Campo devem, então, dialogar com essas duas tradições, buscando tanto o fortalecimento da identidade e da cultura do campo quanto a transformação das condições sociais e econômicas que perpetuam a marginalização das populações camponesas.

A Educação do Campo, assim, deve ser compreendida como uma prática que não só integra saberes, mas também questiona e reorganiza as relações de poder, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir da filosofia hegeliana, podemos refletir sobre a educação como um processo dialético, que envolve o movimento da tese, antítese e síntese. Já a análise da política curricular da Educação do Campo sob a perspectiva de Antonio Gramsci é igualmente relevante. Gramsci (1971) enfatiza o papel da educação na construção de uma consciência de classe e na formação de intelectuais orgânicos. Essa percepção do autor, evidencia-se na Educação do Campo, levando em consideração nossa experiência empírica, os intelectuais orgânicos são aqueles que emergem diretamente das classes sociais em luta e estão profundamente conectados às suas necessidades e aspirações. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, que podem estar mais vinculados à manutenção das estruturas hegemônicas, os intelectuais orgânicos desempenham um papel fundamental na organização e conscientização das classes subalternas. Para o autor, esses intelectuais não atuam apenas no campo acadêmico ou cultural, mas também nas esferas política e econômica, promovendo a construção de uma consciência de classe. Eles são responsáveis por traduzir as experiências e condições materiais de sua classe em uma visão política e cultural capaz de desafiar a hegemonia dominante. Esse conceito reflete a ideia de que todos os grupos sociais possuem, em potencial, seus próprios intelectuais, que surgem da necessidade de representar e articular os interesses coletivos.

No contexto da Educação do Campo, os intelectuais orgânicos são fundamentais para a construção de uma educação que articule os saberes locais com uma perspectiva crítica e

transformadora. Esses intelectuais, que incluem educadores, lideranças comunitárias e ativistas, desempenham um papel essencial ao promover a integração entre o conhecimento tradicional e as necessidades educativas das populações camponesas. Eles são responsáveis por fomentar a construção de currículos que, além de refletirem as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades do campo, também valorizem e potencializem suas práticas, saberes e modos de vida, reconhecendo-os como fundamentais para o processo de aprendizagem. Ao fazer isso, esses intelectuais contribuem significativamente para a emancipação das populações camponesas, formando sujeitos históricos capazes de compreender e intervir de maneira crítica nas suas próprias realidades. Essa abordagem educativa não apenas busca o respeito pelas culturas do campo, mas também visa fortalecer a identidade e o protagonismo dos camponeses, promovendo sua capacitação como agentes de transformação social. Assim, o currículo, dentro dessa perspectiva, deve ser um instrumento de empoderamento, estimulando a reflexão crítica sobre as condições sociais e econômicas que afetam as populações rurais e, ao mesmo tempo, impulsionando a construção de uma consciência histórica que permita a esses sujeitos transformarem suas condições de vida e contribuírem para a superação das desigualdades estruturais que marcam a realidade do campo.

A contribuição de Hegel também pode ser articulada nesse debate. Para Hegel (1992), a educação é um processo dialético que visa a realização da liberdade e a formação do espírito humano. Nesse sentido, as políticas curriculares da Educação do Campo devem buscar a emancipação dos sujeitos por meio da superação das contradições sociais e da construção de uma unidade entre teoria e prática, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos do campo.

Outro referencial teórico significativo é o de Bernard Charlot, que enfatiza a relação entre saber, experiência e sentido. Segundo Charlot (2000), o ato de aprender é mediado pelo sentido que os sujeitos atribuem aos saberes em relação com suas experiências e aspirações. No âmbito da Educação do Campo, isso implica a necessidade de um currículo contextualizado, que dialogue com as práticas culturais, sociais e econômicas das populações camponesas, valorizando suas vivências e promovendo um processo educativo significativo.

Para além do sobejo da luta de classe, as políticas curriculares da Educação do Campo demandam uma análise constante e crítica, que considere tanto os avanços conquistados quanto os desafios persistentes. É imprescindível que essas políticas estejam alinhadas a uma educação emancipadora e comprometida com a justiça social, valorizando os saberes e as práticas das populações do campo e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

## **Estratégias e perspectivas na análise das políticas curriculares da Educação do Campo com base nas Teorias Educacionais**

A abordagem metodológica deste estudo caracteriza-se como qualitativa, alicerçada no método do materialismo histórico-dialético. Este método busca compreender os fenômenos sociais a partir de suas determinações históricas e das contradições presentes nas relações sociais, propondo uma análise crítica das estruturas que moldam as políticas educacionais voltadas à Educação do Campo.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos por meio de reflexões realizadas durante as aulas da disciplina de Teorias da Educação, ofertada no curso de doutorado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Essas reflexões permitiram aprofundar a compreensão teórica e prática das políticas curriculares da Educação do Campo, considerando o contexto histórico, cultural e social em que estão inseridas. A escolha do método materialista histórico-dialético justifica-se pela necessidade de compreender as políticas curriculares não apenas como textos ou diretrizes normativas, mas como práticas sociais que expressam relações de poder e interesses de classe. Dessa forma, o estudo privilegia uma análise que articula teoria e prática, dialogando com as experiências vivenciadas no campo educacional e com as contribuições de diferentes perspectivas teóricas abordadas ao longo da formação doutoral.

A escolha das teorias em análise, em detrimento de outras, se justifica porque o materialismo histórico-dialético é uma abordagem filosófica e teórica associada ao marxismo, proposta por Karl Marx e Friedrich Engels, que busca explicar a evolução das sociedades humanas a partir das condições materiais e das relações sociais de produção, enfatizando a luta de classes como motor do desenvolvimento histórico. Quando se trata de Teorias da Educação, algumas abordagens se alinham ao materialismo histórico-dialético ao incorporar suas premissas sobre a história, as classes sociais e a transformação social. Neste sentido, optamos por analisar as Teorias da Educação: Pedagogia Tradicional, Pedagogia Libertadora, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos, Pedagogia Histórico-crítica, Escola Nova e Construtivismo.

Nesse aspecto, a análise dos dados deste estudo foi conduzida com base nos princípios do materialismo histórico-dialético, que estruturou tanto a seleção quanto a interpretação das informações, buscando compreender os fenômenos sociais em sua totalidade, considerando as contradições, os processos históricos e as relações de classe que os estruturam. Partindo dessa abordagem, a análise centrou-se em articular as teorias da educação selecionadas com as

políticas curriculares voltadas para a Educação do Campo, situando-as no contexto histórico, social e cultural em que foram formuladas e aplicadas.

Inicialmente, foi realizado um estudo teórico aprofundado das principais abordagens pedagógicas – Pedagogia Tradicional, Pedagogia Libertadora, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, Pedagogia Histórico-Crítica, Escola Nova e Construtivismo. Para cada uma dessas teorias, identificaram-se os pressupostos filosóficos e educacionais, bem como as suas implicações na prática pedagógica e na formulação de políticas educacionais. Esse mapeamento teórico possibilitou compreender como cada abordagem se insere em determinados contextos históricos e sociais, refletindo interesses de classe e concepções ideológicas específicas.

A seguir, os dados obtidos a partir das reflexões realizadas durante as aulas da disciplina de Teorias da Educação no curso de doutorado, foram organizados em categorias analíticas definidas com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Essas categorias incluíram: (1) a relação entre educação e luta de classes; (2) o papel das políticas curriculares na reprodução ou superação das desigualdades sociais; (3) a valorização dos saberes e práticas das populações camponesas; e (4) as contradições presentes nas políticas educacionais voltadas à Educação do Campo.

Para cada categoria, a análise buscou identificar como as teorias da educação abordam essas questões e como os dados dialogavam com tais perspectivas. Por exemplo, na categoria sobre educação e luta de classes, foi analisado como a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire propõe uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos oprimidos, em contraste com a Pedagogia Tecnicista, que historicamente se alinha a interesses de reprodução da lógica capitalista.

O materialismo histórico-dialético também orientou a identificação das contradições internas às políticas curriculares, evidenciando tensões entre a formulação normativa e a realidade concreta das escolas do campo. Foi analisado como essas contradições se manifestam, por exemplo, na coexistência de práticas pedagógicas tradicionais em um contexto que demanda maior contextualização e diálogo com a realidade sociocultural do campo.

Por fim, os resultados foram interpretados à luz das contradições históricas e sociais que permeiam o campo educacional, destacando como as teorias da educação podem contribuir para uma leitura crítica e transformadora das políticas curriculares da Educação do Campo. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise densa e crítica, em consonância com os princípios do materialismo histórico-dialético, ressaltando as possibilidades de superação das desigualdades estruturais e a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

## **Análise de dados na interseção da Teoria da Educação e da Educação do Campo: Desafios e Perspectivas**

A análise das teorias pedagógicas e sua relação com as políticas curriculares da Educação do Campo requer uma reflexão aprofundada sobre como essas abordagens influenciam tanto a formulação quanto a implementação dos currículos e das práticas educativas destinadas às realidades específicas dos estudantes do campo. Trata-se de compreender de que maneira as concepções pedagógicas, com seus diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, dialogam ou entram em tensão com os desafios e as demandas socioculturais, econômicas e históricas que caracterizam o contexto do camponês. Nesse sentido, é fundamental investigar como essas teorias moldam as orientações pedagógicas, impactam o papel dos educadores e contribuem para (ou limitam) a valorização dos saberes locais, da identidade cultural e das práticas coletivas das populações camponesas.

A seguir, propomos examinar de forma sistemática as conexões entre as teorias educacionais citadas e as políticas curriculares voltadas à Educação do Campo, considerando as especificidades desse contexto. Essa análise busca identificar como as diferentes abordagens pedagógicas – da Pedagogia Tradicional à Histórico-Crítica, passando pela Libertadora e pelo Construtivismo – influenciam não apenas os objetivos e conteúdos curriculares, mas também a formação da subjetividade dos estudantes, o papel político da educação e as possibilidades de transformação social no campo. Com isso, pretendemos revelar as potencialidades e os limites de cada teoria no enfrentamento das desigualdades estruturais e na promoção de uma educação emancipadora, profundamente enraizada na realidade dos sujeitos do campo. A Pedagogia Tradicional, caracterizada pela centralidade do professor na transmissão de conhecimentos e pela ênfase na memorização e repetição, configura-se como um modelo que pode restringir a autonomia dos estudantes, especialmente no contexto da Educação do Campo (Saviani, 2007). Essa abordagem, identificada por Freire (2005) como "educação bancária", reflete uma prática pedagógica que reproduz a passividade dos educandos no processo de aprendizagem. É relevante destacar que, em determinadas localidades camponesas, tal modelo ainda se mantém, frequentemente associado à precariedade da infraestrutura educacional e à insuficiência de formação docente especializada (Rodrigues, 2022).

Nesse contexto, torna-se imperativo que as políticas curriculares se orientem para um equilíbrio entre a garantia de conteúdos essenciais e a implementação de práticas pedagógicas que promovam maior interação, diálogo e reflexão crítica sobre as especificidades do mundo

rural. A Pedagogia Libertadora, proposta por Freire (2005), encontra uma conexão direta com as políticas curriculares da Educação do Campo. Ela propõe um modelo de ensino que valoriza o pensamento crítico, a igualdade e o empoderamento dos estudantes, essenciais para a transformação social nas comunidades camponesas. Nas políticas curriculares do campo, essa abordagem busca promover a conscientização dos alunos sobre sua realidade, incentivando a participação ativa no processo educativo e a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados por essas comunidades.

Já a Pedagogia Tecnicista, com sua ênfase na aplicação de técnicas e métodos científicos para resolver problemas do mundo real, segundo Saviani (2018), pode ser vista de forma crítica na Educação do Campo, pois pode priorizar um ensino voltado para a formação de mão-de-obra sem considerar as especificidades culturais e sociais das comunidades do campo. No entanto, a aplicação de técnicas no ensino pode ser importante, desde que estejam alinhadas com os conhecimentos e práticas tradicionais do campo, garantindo que os alunos adquiram habilidades úteis para a melhoria de suas condições de vida.

Por outro lado, é necessário pontuar que a Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos proposta por Libânio (1985) é especialmente relevante para a Educação do Campo, pois propõe a análise crítica dos conteúdos curriculares à luz das questões sociais e culturais. As políticas curriculares da Educação do Campo, a ênfase é colocar o aluno como um agente crítico de mudança, levando em consideração as desigualdades e as especificidades do campo. Isso pode incluir a promoção de uma educação que desafie as estruturas sociais e busque a emancipação das comunidades camponesas.

Ao se reportar à Pedagogia Histórico-crítica de Saviani (2019) é preciso entender que ela propõe uma análise do contexto histórico e das estruturas de poder na educação. No contexto da Educação do Campo, essa abordagem pode ajudar a compreender as condições históricas de exclusão e marginalização das comunidades do campo, propondo um currículo que considere a formação histórica dos sujeitos do campo e as suas lutas por direitos e igualdade. As políticas curriculares podem integrar essa perspectiva para formar alunos críticos e conscientes de sua história e de seu papel na sociedade.

Desse modo, é essencial destacar outra Teoria da Educação que se contrapõe à Pedagogia Tradicional: a Escola Nova, que emerge como um movimento revolucionário com o objetivo de desafiar e reformular os paradigmas pedagógicos tradicionais. Mais do que uma simples adaptação das práticas educacionais, a Escola Nova representa uma ruptura profunda com os métodos de ensino anteriormente predominantes (Saviani, 2018). Enquanto a Pedagogia Tradicional enfatiza a autoridade rígida do professor, a passividade do aluno e o ensino baseado

na memorização mecânica e repetitiva, a Escola Nova propõe um modelo educacional centrado no aluno, priorizando sua autonomia, experiências e capacidade criativa. Essa abordagem pedagógica se fundamenta em métodos ativos de ensino, nos quais o estudante assume um papel protagonista no processo de aprendizagem, participando de forma dinâmica e interativa.

No contexto da Educação do Campo, a valorização dessa pedagogia pode trazer contribuições significativas, especialmente em cenários onde as práticas educativas buscam se alinhar às realidades socioculturais e econômicas das comunidades rurais. Ao reconhecer os saberes, vivências e contextos específicos dos alunos do campo, a Escola Nova favorece a construção do conhecimento de maneira mais contextualizada e relevante, promovendo um ensino que respeita as particularidades do universo campestre. Nas políticas curriculares, essa abordagem pode se refletir na implementação de metodologias ativas, no fortalecimento de projetos pedagógicos que dialoguem com o cotidiano dos estudantes e na incorporação de práticas educativas que promovam a participação, o protagonismo e o respeito à diversidade cultural. Assim, a Escola Nova oferece subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e emancipadora, alinhada às necessidades e potencialidades dos sujeitos do campo. Por fim, podemos pensar o Construtivismo inspirado nas ideias de Piaget, onde defende que o conhecimento é construído pelo próprio aluno. Esse enfoque é pertinente na Educação do Campo, pois permite que os alunos, com base em sua experiência e na interação com o ambiente, construam seu aprendizado de maneira mais significativa. Nas políticas curriculares, o construtivismo pode ser integrado ao utilizar práticas pedagógicas que envolvem o aluno em atividades que partem de suas vivências no campo, conectando teoria e prática.

Neste sentido, as políticas curriculares da Educação do Campo precisam ser concebidas como uma síntese dialética de diversas abordagens pedagógicas, de modo a atender às complexas e variadas demandas das comunidades campestres. É fundamental que essas políticas sejam sensíveis às especificidades socioculturais, econômicas e históricas do campo, promovendo uma educação que não apenas respeite, mas valorize os saberes e as práticas locais, enquanto também capacita os sujeitos para atuar de forma crítica no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Algumas teorias pedagógicas, como a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e a Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos, destacam-se por seu potencial de fomentar uma educação emancipadora, ao priorizar o diálogo, a conscientização e a transformação social. Essas abordagens colocam a educação como um ato político, no qual os estudantes são incentivados a compreender criticamente a realidade para transformá-la. Por outro lado, teorias

como o Construtivismo e a Escola Nova trazem contribuições valiosas ao enfatizarem uma aprendizagem mais centrada no aluno, promovendo o protagonismo e a autonomia dos sujeitos a partir de suas experiências e vivências concretas.

A integração dessas perspectivas teóricas no currículo da Educação do Campo é não apenas desejável, mas necessária, pois permite que se articulem diferentes dimensões do processo educativo: o compromisso com a transformação social, o reconhecimento das especificidades locais e a promoção de práticas pedagógicas ativas e significativas. Essa síntese possibilita a construção de uma educação mais justa e equitativa, capaz de enfrentar as desigualdades históricas e sociais que marcam as populações rurais, enquanto prepara os sujeitos para serem agentes ativos na luta por seus direitos e pela valorização de sua identidade cultural. Ao equilibrar essas teorias no planejamento e na execução das políticas curriculares, a Educação do Campo pode se consolidar como um instrumento efetivo de emancipação social e econômica.

## Notas finais

O presente estudo sobre as Políticas Curriculares da Educação do Campo, com base em uma análise fundamentada nas Teorias da Educação, destaca a importância de compreender como diferentes abordagens pedagógicas dialogam com as especificidades das comunidades campesinas no desenvolvimento de práticas educativas. A diversidade de perspectivas teóricas – como a Pedagogia Tradicional, Libertadora, Tecnicista, Crítico-Social, Histórico-Crítica, Escola Nova e Construtivismo – evidencia que a construção de um currículo eficaz e transformador não pode se limitar a modelos únicos. Pelo contrário, deve integrar diferentes contribuições, respeitando os saberes locais, promovendo a reflexão crítica e atuando como ferramenta para a transformação social.

Essa integração entre teorias e práticas ressalta a necessidade de políticas curriculares que considerem o contexto histórico, social e cultural das comunidades rurais. É imprescindível que essas políticas valorizem a identidade campesina, reconheçam as demandas específicas do campo e enfrentem as desigualdades estruturais que historicamente marginalizam essas populações. Um currículo crítico e inclusivo, que parta das experiências concretas dos alunos e promova a compreensão de sua realidade, constitui-se como um instrumento essencial para garantir uma educação que seja, ao mesmo tempo, emancipadora e transformadora.

A análise das contribuições de pensadores como Karl Marx, Friedrich Engels, Hegel, Gramsci e Bernard Charlot revela ainda a profundidade e a complexidade das relações entre educação, sociedade e poder. Marx e Engels, ao posicionarem a educação como um instrumento

fundamental para combater as desigualdades estruturais, enfatizam a necessidade de um currículo que vá além da reprodução de saberes hegemônicos, promovendo a consciência de classe e a transformação das condições materiais de vida. Assim, a Educação do Campo deve funcionar não apenas como um reflexo das realidades camponesas, mas como um espaço de luta e conscientização crítica, capaz de reverter o processo histórico de marginalização dessas comunidades.

A perspectiva hegeliana, com sua ênfase na dialética e na formação de novas subjetividades, contribui para a compreensão de que a Educação do Campo deve ser um espaço de síntese entre o tradicional e o moderno, respeitando as especificidades culturais e históricas do campo, ao mesmo tempo que promove a abertura para novas formas de pensar e agir. Gramsci, por sua vez, introduz a figura dos intelectuais orgânicos, ressaltando a importância de lideranças oriundas das classes populares, que sejam capazes de articular as demandas das comunidades rurais e transformar suas experiências em projetos de ação política coletiva. Nesse sentido, um currículo que valorize as experiências dos camponeses pode se tornar um poderoso instrumento para consolidar a organização social e a conscientização política.

Por fim, Bernard Charlot complementa essa análise ao enfatizar a relevância de um currículo que dialogue com as vivências e aspirações dos estudantes do campo, criando um aprendizado que faça sentido para suas realidades e contribua para seu desenvolvimento humano e social. Para Charlot, um currículo significativo é aquele que respeita e integra os saberes locais, conectando-os com perspectivas mais amplas, sem desconsiderar os contextos específicos.

Portanto, as políticas curriculares da Educação do Campo devem ser pensadas de maneira crítica, integradora e reflexiva. Elas devem promover uma educação emancipadora que valorize os saberes locais, articule diferentes perspectivas teóricas e contribua para a formação de sujeitos capazes de transformar suas realidades. Ao mesmo tempo, devem ser instrumentos de luta contra as desigualdades sociais e econômicas, reafirmando a educação como um direito humano e um meio para a justiça social e a emancipação histórica das populações camponesas.

## Referências

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.

GRAMSCI, Antonio. **Seleções dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci**. Nova York: International Publishers, 1971.

HEGEL, Georg. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 5. ed. Petrópolis: Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2008.

HEGEL, Georg. W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.  
Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/196>. Acesso em: 22 de dez. de 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico - social dos conteúdos** São Paulo: Ed. Loyola. 1985

MARX, Karl. **O Capital** - Livro 1: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em:  
<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2846#:~:text=Refer%C3%A2ncia:.,Paulo:%20Nova%20Cultural%2C%201996>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. 119 p. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/661> . Acesso em: 04 dez. 2024.

RODRIGUES, Vilma Aurea. **O processo de ensino e aprendizagem nas classes multisseriadas de uma escola do campo de Sebastião Laranjeiras – Bahia: saberes e práticas docentes**. 2022. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: [www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2023/01/DISSERTAÇÃO\\_VILMA\\_AUREA\\_RODRIGUES\\_O-PROCESSO-DE-ENSINO-E-APRENDIZAGEM-NAS-CLASSES-MULTISSERIADAS-DE-UMA-ESCOLA-DO-CAMPO-DE-SEBASTIAO-LARANJEIRAS-BAHIA\\_SABERES-E-PRATICAS-DOCENTES.pdf](http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2023/01/DISSERTAÇÃO_VILMA_AUREA_RODRIGUES_O-PROCESSO-DE-ENSINO-E-APRENDIZAGEM-NAS-CLASSES-MULTISSERIADAS-DE-UMA-ESCOLA-DO-CAMPO-DE-SEBASTIAO-LARANJEIRAS-BAHIA_SABERES-E-PRATICAS-DOCENTES.pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: São Paulo, Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações** Campinas: Autores Associados, 2019.

### Sobre as autoras

#### Vilma Áurea Rodrigues

Doutoranda em Educação e Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB ( 2022). Coordenadora Pedagógica da Educação do Campo e docente dos Anos

Iniciais da rede municipal de Guanambi, BA; docente do Ensino Superior na Universidade Guanambi - UNIFG. Membro do grupo de pesquisa: GEPEMDECC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Coordenadora Territorial do Programa de Formação de Educadores das escolas do/no campo-FORMACAMPO.

Contribuição de autoria: autora.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9183477330249662>

**Tatyane Gomes Marques**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Contribuição de autoria: autora e revisora.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6540344146598584>

**Amanda Áurea Rodrigues**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Faculdade Guanambi UNIFG/ÂNIMA.

Contribuição de autoria: autora.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7373178559388435>

**Como referenciar**

RODRIGUES, Vilma Áurea; MARQUES, Tatyane Gomes; RODRIGUES, Amanda Áurea. Políticas curriculares da educação do campo: uma análise a partir das teorias da educação.

**Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, e15862, 2025. DOI: 10.22481/redupa.v4.15862